

CUT CRITICA ABISMO ENTRE LUCRO DE BANCOS E DE EMPRESAS E A PEQUENEZ DA MASSA SALARIAL

No plenário da Câmara, Artur Henrique alertou parlamentares sobre importância dos R\$ 580

A Câmara e o Senado assinaram embaixo da posição da equipe econômica do governo de pôr um freio na política de valorização do salário mínimo com o reajuste para R\$ 545,00, um aumento real de insignificantes R\$ 3,00.

Ao longo de todo o processo de debates, a CUT e as demais centrais estiveram unidas, alertando o governo federal para o grave equívoco.

DOIS PESOS - Discursando no plenário da Câmara dos Deputados, dia 15/2, na sessão da comissão mista do salário mínimo, o presidente da CUT, Artur Henrique, criticou duramente a brutal diferença entre os lucros dos bancos e das grandes empresas instaladas no país, que crescem velozmente, enquanto há um lento processo de recuperação da massa salarial.

ALERTA - O presidente cutista chamou a atenção do ministro da Fazenda, Guido Mantega, para a postura de grande inflexibilidade adotada pelo governo em relação ao salário mínimo, enquanto o mercado continua acumulando ganhos exponenciais sem sofrer enfrentamento.



Artur desmontou o ridículo argumento neoliberal de que o salário é inflacionário

ARTUR DENUNCIA AS ALTAS TAXAS DE JUROS

Para demonstrar o “que está realmente por trás do debate do salário mínimo”, o presidente da CUT citou alguns dados durante sua intervenção: “O Bradesco teve lucro de 10 bilhões de reais em 2010. O Santander, de 7 bilhões. A CEF, de 3,8 bilhões. As 327 empresas brasileiras com ações na Bolsa de Valores tiveram aumento de seus lucros na casa de 48,5% em relação ao ano retrasado. Enquanto isso, a participação dos salários na renda nacional saiu de 40,5% no ano 2000 para 41,9%. Absolutamente um pequenino aumento. Só para comparar: em países como os EUA, a Suécia, a Itália e Portugal, a participação do trabalho varia de 67% a 72% da renda nacional”.

GRAVE ERRO - Artur desmontou o argumento do governo de que o salário mínimo deve ser contido para não alimentar a inflação. “Ora, não estamos vivendo uma inflação de demanda. O que estamos vivendo neste começo de ano, como acontece em todos os anos, é o aumento do transporte público, das mensalidades escolares, e a especulação internacional sobre as mercadorias” disse. E ironizou a inutilidade da alta taxa de juros adotada pelo BC para o controle de inflação: “Nossa Selic não vai combater o consumo de outros países”. “País rico é país sem pobreza. R\$ 580 reais já. Correção da tabela do imposto de renda e política de valorização das aposentadorias”, enfatizou o líder cutista.

Apesar de turbinarem os seus próprios salários em 61,83%, elevados para R\$ 26.723,13, os parlamentares “aumentaram” o mínimo em míseros R\$ 3,00. Sacanagem da grossa.

CMS RECHAÇA “AGENDA REGRESSIVA IMPOSTA PELOS INTERESSES DO SISTEMA FINANCEIRO E SUA MÍDIA”

Coordenação dos Movimentos Sociais condena medidas da equipe econômica do governo



A plenária nacional da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS) elevou o tom contra a “agenda regressiva” imposta pelos interesses do sistema financeiro e sua mídia, decidindo pela realização de uma jornada unificada de lutas - já no primeiro semestre - em defesa de mudanças na política econômica e da democratização do Estado. CUT, UNE, MST e Marcha Mundial de Mulheres, entre outras entidades populares, defenderam a implantação de reformas estruturais e a construção de um novo marco regulatório das comunicações para pôr fim ao oligopólio privado e garantir a mais plena liberdade de expressão.

REAÇÃO - Conforme o documento aprovado por unanimidade na plenária da CMS, “existe forte pressão dos setores conservadores e sua mídia para impor uma agenda regressiva ao próximo período”. “As ações implantadas nesse início de mandato pela equipe econômica - sob justificativas do controle da inflação e das contas públicas - seguem num caminho diferente do apontado pelas urnas e reproduzem a pauta imposta pelos interesses do setor financeiro, sustentadas no Banco Central”. Exemplo disso, aponta a CMS, “é o aumento dos juros, o congelamento das contratações públicas, o contingenciamento de 50 bilhões de reais e o pouco diálogo no debate sobre o reajuste do salário mínimo”.